

Instituto de Estudos Sócio-Ambientais



UFG

ISSN 0101708X

BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA

v. 27, n. 2, jan./jun. 2007



Artigos

O lugar nos movimentos sociais e o lugar da geografia na teoria dos movimentos sociais

El lugar en los movimientos sociales y el lugar de la geografía en la teoría de los movimientos sociales

Breno Marqués Bringel - Universidad Complutense de Madrid
brenobringel@hotmail.com

Resumo

Muito longe de serem estáticos, os mapas nos guiam hoje pela geografia variável da nova composição do trabalho, da mobilidade entre as fronteiras, das transformações urbanas e rurais. Uma nova (des)ordem global, gerida pela lógica dominante da globalização capitalista, impõe-se e provoca diversas mutações que nos levam a refletir, neste ensaio, sobre a dialética entre poder e resistência e o papel dos movimentos sociais atuais dentro deste contexto. Para isto, procuramos analisar o conceito de lugar dentro da ação dos movimentos sociais, assim como debater o lugar da geografia dentro da teoria dos movimentos sociais, oferecendo uma breve revisão da literatura brasileira existente sobre o estudo dos movimentos sociais dentro da geografia e ressaltando as principais tendências e perspectivas.

Palavras-chave: movimentos sociais, resistência, lugar, geografia, estudos interdisciplinares

Resumen

Lejos de un panorama estático, los mapas nos orientan hoy por una geografía variable de la nueva composición del trabajo, de la movilidad entre las fronteras, de las transformaciones urbanas y rurales. Un nuevo (des)orden global, fomentado por la lógica dominante impuesta por la globalización capitalista, se impone y provoca varias mutaciones que nos llevan a reflexionar en este ensayo sobre la dialéctica entre poder y resistencia y en el papel de los movimientos sociales actuales dentro de este contexto. Para ello, buscaremos analizar el concepto de lugar en la acción de los movimientos sociales, así como debatir el lugar de la geografía dentro de la teoría de los movimientos sociales, ofreciendo una breve revisión de la literatura brasileña existente sobre el estudio de los movimientos sociales dentro de la geografía, además de destacar las principales tendencias y perspectivas.

Palabras-clave: movimientos sociales, resistencia, lugar, geografía, estudios interdisciplinares.

Introdução

Nada mais recorrente neste início de século que buscar no fenômeno da globalização a explicação uníssona dos benefícios ou malefícios de um mundo em constante transformação. A imprecisão na utilização e definição do termo convive e se confunde com a aposta explícita de uma multiplicidade de ideologias e posições políticas. Numa tentativa de radiografar as diferentes posições neste debate, Araújo propõe uma distinção metodológica entre quatro enfoques: os hiper-globistas; os céticos ou regeicionistas; os transformacionistas; e os críticos (2001, p. 7).

Os *primeiros*, denominados hiper-globistas, seriam aqueles que defendem a inexorabilidade e imutabilidade do processo de globalização, visto como um fenômeno fundamentalmente econômico e irradiado pela extensão da lógica neoliberal. Pregam uma visão determinista e otimista baseada nas forças impessoais do mercado. O *segundo* grupo, o dos céticos, refuta a tese neoliberal da globalização, que é vista como um mito. Defende a idéia de que o termo está sendo abusivamente empregado para designar o que é, na verdade, a continuidade de um processo de internacionalização marcado pela intensificação da interdependência das economias nacionais. Já a *terceira* das posturas, a abordagem transformacionista, entende a globalização como um conjunto de processos históricos contingentes e marcados por contradições. Desta forma, busca sua explicação na combinação complexa de fatores que abarcam as mudanças econômicas, tecnológicas, culturais e políticas, rejeitando a idéia da emergência de uma única sociedade global. Por último, a *quarta corrente*, a dos críticos, propõe observar a globalização não como um processo, mas como uma tendência, para a qual há contratendências. Portanto, a globalização deveria ser compreendida como o resultado contingente e tendencial de múltiplos processos que são, ao mesmo tempo, sociais, econômicos, políticos e culturais.

As diferentes posições nascem da explicação de cada uma delas sobre a definição (natureza e especificidade do fenômeno), a medida (indicadores relativos à presença e extensão do fenômeno), a cronologia (novidade do processo e periodização), a explicação (processo explicativo ou que deve ser explicado) ou o julgamento normativo (efeitos ou conseqüências) da globalização. Apesar do risco de simplificação e das limitações deste tipo de delimitações teóricas, o panorama exposto por Araújo (2001) nos ajuda a entrever resumidamente os principais enfoques teóricos sobre o fenômeno da globalização.

Combinando argumentos dos transformacionistas e dos críticos, formulamos nossa própria visão, entendendo que a globalização se trata de uma tendência heterogênea, contraditória e multifacetada, cuja trajetória futura permanece em aberto, o que supõe resistências e a possibilidade de reversão para um outro projeto no qual prime o social frente o econômico.

De forma paralela, acreditamos que essas resistências, produzidas no bojo de vários movimentos, organizações sociais e, inclusive, alguns Estados, contribuem não só para desmistificar várias hipóteses dos apologistas da globalização, como são responsáveis, ao mesmo tempo, pelo desenho de novas sociabilidades e territorialidades. Ademais, introduzem formas originais de entender o político e a política, muito além do marco meramente institucional.

Sem cair nas teias das interpretações deterministas, sugerimos também que o fenômeno da globalização contribuiu para a produção de uma dupla fratura nas sociedades contemporâneas: uma alteração substancial nas práticas espaciais e na forma de pensar, interpretar e relacionar-se com o “lugar”; e uma reconfiguração na própria forma de entender as Ciências Sociais. Estas duas fraturas compõem o núcleo central que nos conduz a buscar, neste artigo, um duplo objetivo: o *primeiro*, refletir sobre o conceito de lugar dentro da ação dos movimentos sociais, tendo em consideração a dialética entre poder e resistência na nova (des)ordem global; visto isso, o *segundo* objetivo é analisar qual o lugar da geografia na teoria dos movimentos sociais, em um contexto em que as ciências sociais enfrentam o desafio de interpretar uma realidade social cada vez mais complexa, heterogênea, desigual, contraditória e fragmentada.

O conceito de lugar nos movimentos sociais

O espaço e a organização política do espaço expressam relações sociais (e de poder), mas também reagem contra elas (Soja, 2003, p.97).

O “frenesi da globalização” dos últimos anos acabou impondo o modelo econômico dominante das elites políticas globais, levando a uma constante marginalização do lugar, o que acarretou muitas conseqüências na nossa compreensão da cultura, do conhecimento, da natureza e da economia (Escobar, 2000, p. 114). Além disso, como nos lembra Escobar, outro aspecto da persistente marginalização do lugar na teoria ocidental responde às conseqüências na hora de pensar as realidades submetidas historicamente ao

colonialismo ocidental. O “abandono” do lugar operou como um dispositivo epistemológico profundo do pensamento eurocêntrico na construção da teoria social (2000, p.116). Deste modo, ao reduzir a importância da construção cultural do lugar, enfatizando o processo abstrato e supostamente universal da formação do capital e do Estado, quase toda a teoria social convencional foi contribuindo para a invisibilidade de formas subalternizadas de pensamento e modalidades locais e regionais de configurar o mundo.

Dirlik observa que a consciência do lugar adquiriu nova visibilidade na medida em que a globalização, em seu movimento contraditório, tornou os lugares mais visíveis. Como a globalização colocou os lugares face a face com as operações do capital, “os lugares oferecem não apenas uma vantagem para a crítica fundamental do globalismo¹, mas também locações para novos tipos de atividades políticas radicais que reafirmam as prioridades da vida cotidiana contra o desenvolvimento abstrato da modernidade capitalista (1999, p.40).

A invisibilidade do lugar começa a ser neutralizada na academia de forma incipiente a partir dos anos 70, e com especial força nos anos 80 e 90, quando vários trabalhos começam a conceber o espaço e as práticas espaciais desde uma visão crítica, sob a ótica da influência de relações específicas de classe, gênero, etnia ou raça, adquirindo significado no curso da ação social (Harvey, 1989, p. 223). Converte, nestes enfoques que reconsideram o papel do lugar nos processos políticos e sociais, a necessidade de superar a visão imobilista ou estática do lugar, enunciando outro cenário dinâmico e fluido onde sejam consideradas as interações políticas, sociais e econômicas. Isto sim, esta nova visibilidade do lugar, passa também não só pelos processos de resistência e construção social, mas também pela incessante criminalização social imposta pelos *mass media* e pelas alianças de políticos conservadores que não querem ceder seu poder político derivado do poder econômico alcançado.

Como veremos mais adiante, a geografia recupera, com isso, o interesse, abandonado às demais ciências sociais, no estudo dos movimentos sociais (Martin, 1997, p. 26). Entre os autores que colaboraram para esta mudança de visão do lugar encontram-se Agnew (1987, 1994, 2005), Fernandes (1991, 1996, 2000, 2005), Massey (1994, 1995), Lefebvre (1991)², Harvey (1989), Santos (2000), Soja (2003), entre outros.

Reconsiderar o papel do lugar é algo que se enquadra em um projeto mais amplo de uma geografia humana crítica, que – como reconhecia Soja – deve estar em sintonia com as lutas de emancipação de todos os mar-

ginalizados e oprimidos pela geografia específica do capitalismo, como os trabalhadores explorados, os povos tiranizados e as mulheres dominadas (2003, p. 93). Conseqüentemente, tanto os camponeses sem terra como os “piqueteros” argentinos ou os indígenas equatorianos e bolivianos, são alguns dos muitos exemplos de sujeitos explorados ou “periferalizados” – se utilizarmos a terminologia dual entre centro e periferia – pela lógica geográfica impositiva do capitalismo.

Imersos nesta dimensão global do capitalismo, a ordem global procura impor, em todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo de acordo com os diversos modos de sua própria racionalidade (Santos, 2000, p. 289). Neste sentido, a nova ordem global serve-se de uma população dispersa de objetos regidos por essa lei única que os constitui em sistema (Ibid., p. 290), provocando mutações como a desnacionalização do território nacional, de uma maneira sumamente especializada e funcional, ao mesmo tempo em que contribui para que a soberania – até agora concentrada em grande parte no Estado nação – se descentralize parcialmente³ (Sassen, 2001, p. 49). Ao mesmo tempo, a ordem local é associada a uma população contígua de objetos, reunidos *pele* território e *como* território, regidos pela interação.

Além disso, com exceção do capital financeiro, que se move crescentemente no ciberespaço, grande parte das operações do capital global está localizada em *lugares*. O que são as *commodities chains* da produção flexível senão redes de produção que se realizam em lugares concretos? E mesmo o poder de tomada de decisão das corporações multinacionais está localizado em algum lugar específico (Araújo, 2001, p.38).

A dimensão espacial torna-se, então imprescindível para a compreensão da ação dos movimentos sociais e aqui entra a valiosa contribuição de Henri Lefebvre (1991), vislumbrando que somente a posse e a gestão coletiva do espaço, com a intervenção dos interessados e de seus múltiplos interesses, podem gerar uma transformação da sociedade; um espaço político e ideológico, formado e modelado por elementos históricos e naturais.

De acordo com Oslender (2002b), o conceito de espaço é – e sempre foi – político e saturado de uma complexa rede de relações de poder e de saber que se expressam em paisagens materiais e discursivas de dominação e resistência. Por outro lado, Doran Massey (1994, 1995) acrescenta uma nova ferramenta de análise quando oferece uma caracterização do lugar em que possível reconhecer a identidade do mesmo a partir de um processo produzido dentro de uma constelação de processos que envolvem o lugar nas

suas relações com os agentes externos. Neste sentido, podemos reconhecer e (re)afirmar a identidade de um movimento social através de suas múltiplas relações e imbricações.

A idéia de pensar globalmente e agir localmente injeta um jato de ar fresco na discussão sobre o lugar. Os movimentos sociais, principalmente os latino-americanos, começaram a questionar de forma vigorosa a lógica global do capital a partir das peculiaridades e especificidades do âmbito local. Para isso, a interconexão dos movimentos adota crescentemente a estruturação em forma de redes como estratégia, mas sem perder nunca – como tentaram enfatizar vários autores hiper-globistas – os referenciais territoriais / espaciais. Muito pelo contrário, o território e o lugar são os grandes trunfos de uns movimentos sociais que não podem ser entendidos separadamente do processo de reorganização societário em curso no mundo. Isto nos obriga a pensar o lugar de cada questão específica, assim como a questão do lugar no contexto das transformações globais que envolvem uma complexa imbricação de escalas: entre o local, o regional, o estatal, o nacional e o mundial; entre a cidade e o campo; entre o que é rural e o que é urbano. O que acontece na escala mundial não é a soma do que sucede nas escalas local, regional e nacional, senão o contrário, já que se constituem dentro de umas relações multidimensionais (Escobar, 2000; Porto-Gonçalves, 2001; Haesbaert, 2006).

Em um prólogo de uma obra de John Agnew, Cairo Carou afirma que o lugar deixa de ser um cenário estático onde os diferentes fatos se sucedem, passando a ser considerado como um componente dinâmico dos processos políticos, sociais e econômicos (2005: p. XIII). Entendendo a idéia de espaço na concepção de Agnew, ou seja, como um campo de ação ou área na qual um grupo ou organização atua, podemos tentar ver como os movimentos sociais atuam em espaços diferentes, buscando a reafirmação do lugar quotidianamente.

Para Agnew (1987), o lugar pode ser interpretado por meio de três idéias: a localidade, a localização e o sentido de lugar. A *localidade* versa sobre os marcos formais e informais dentro dos quais estão constituídas as interações sociais quotidianas; seriam, em palavras de Lefebvre (1991), as práticas espaciais. A *localização* responde ao espaço geográfico concreto que inclui a localidade, afetada pelos processos econômicos e políticos que operam dentro de um marco mais amplo regional, nacional e global. Por último, o *sentido de lugar* corresponde à orientação subjetiva derivada do viver ou residir em um lugar específico. Contudo, não podemos ver esses três ele-

mentos como rigidamente separados, mas sim como momentos fluidos cujas interações se influenciam e formam entre si (Oslender, 2002a).

Vendo todos os lugares e as geografias das resistências não como uma soma aritmética, mas insertos no dinamismo de suas redes e na confluência das práticas espaciais locais que enfrentam o capitalismo global, concluímos que a resistência quotidiana dos movimentos sociais têm uma cara específica, organizada e estruturada que torna indispensável o enfoque do lugar nos estudos sobre os movimentos sociais. Conseqüentemente, nas relações com o Estado e os partidos políticos, os movimentos sociais também utilizam a localidade, a localização e seu sentido de lugar como marco de referência para suas ações e interações.

Somente nesse dinamismo podemos compreender os movimentos sociais além de suas formas de organização, ponderando também os processos que desenvolvem, os espaços que constroem, os territórios que dominam ou pelos quais são dominados. Movimentos sociais, como o MST, que lutam por dimensões, recursos e estruturas do espaço geográfico não podem ser estudados sem um enfoque de lugar, nem em suas práticas de resistências quotidianas nem em suas experiências de interação com o Estado. Por isso, propúnhamos em um artigo recente, que cada acampamento tem sua lógica, cada ocupação seu método, cada região sua peculiaridade e, se o discurso dos sem terra variou consideravelmente nos quatro primeiros anos de governo Lula, também variaram as práticas espaciais pelas quais o MST tenta influir e pressionar nos debates políticos locais e nacionais (Bringel, 2007). Seguindo esta argumentação, pensamos que, neste caso, o que muda não é simplesmente o discurso ou a atitude devido a uma mudança de conjuntura ou de percepção política, mas sim as formas de resistência e alteridade que exigem o debate de uma nova imaginação geográfica e geopolítica.

Em suma, observa-se a criação de uma nova percepção na qual a dimensão espacial é fundamental, e por meio da qual os movimentos sociais contribuem, com a combinação de ação política e inovação teórico-social na redefinição das fronteiras da política e do político (Slater, 2000, p. 509). Estes novos contornos aqui esboçados inserem a geografia crítica como uma ferramenta indispensável para a construção de novos mapas interpretativos na teoria dos movimentos sociais.

A Geografia na teoria dos movimentos sociais

Se o abandono do lugar contribuiu para a invisibilidade de formas de pensar subalternizadas e modalidades locais e regionais de configurar o mundo, a globalização capitalista, além de procurar impor em todos os lugares a “racionalidade do capital”, tem contribuído para abalar drasticamente os quadros sociais e mentais de referência de indivíduos e coletividades. Muito do que parecia estabelecido em termos de conceitos, categorias ou interpretações, relativos aos mais diversos aspectos da realidade social, parece perder significado, tornar-se anacrônico ou adquirir outros sentidos (Ianni, 2001).

O imaginário de indivíduos e grupos passa a adquirir novos significados ao mesmo tempo em que se tornam mais visíveis as relações e estruturas de dominação e apropriação, integração e fragmentação, poder e resistência. Apoiando-se na *Internet* e em recursos inovadores de comunicação e mobilização, vários movimentos sociais contemporâneos desafiam a globalização, provocando uma conflitividade que deve ser tomada em conta em qualquer interpretação teórico-metodológica sobre os movimentos sociais.

Muitos teóricos dos movimentos sociais coincidem em utilizar alguns conceitos com larga tradição geográfica para explicar a “revitalização” do lugar em tempos de globalização. A difusão de vários conceitos fortemente arraigados na geografia, ou somente de metáforas espaciais como “centro” e “periferia” ou “os de cima” e “os de baixo”, a paradoxal revitalização do lugar e o auge de protestos e propostas de vários movimentos sociais nos levam a buscar respostas para um tema pouco tratado nas ciências sociais, na geografia ou na própria teoria dos movimentos sociais: analisar brevemente qual o lugar da geografia na teoria dos movimentos sociais, em um contexto em que as ciências sociais enfrentam o desafio de interpretar uma realidade social cada vez mais complexa, heterogênea, desigual, contraditória e fragmentada.

Podemos dizer que a “institucionalização acadêmica” dos movimentos sociais como objeto de estudo se deu nos anos 60 do século passado. Até esta data, as elaborações teóricas⁴ eram muito heterogêneas, baseadas na teoria da ação social e impulsionadas pela compreensão dos comportamentos coletivos. Neste primeiro momento, estiveram sempre presentes as explicações fundamentadas nas reações psicológicas às frustrações e medos, e aos mecanismos de quebra da ordem social vigente. A Escola de Chicago, por exemplo, considerava os movimentos sociais como reações psicológicas

às estruturas de privações sócio-econômicas, enquanto a teoria da sociedade de massas de Eric Fromm, Hoffer e Kornhauser – inspirada nas formulações de Le Bon no final do século XIX – considerava os movimentos sociais como formas irracionais de comportamento.

Considerações finais

A rejeição em visualizar as Ciências Sociais como uma “caixa de Pandora” é a motivação principal para este breve anúncio dos aspectos geográficos na ação e teoria dos movimentos sociais. Se antes sugerimos que a teoria dos movimentos sociais marginou constantemente a geografia, preferindo os enfoques da psicologia social, das ciências políticas, da sociologia, da economia ou da história, anunciamos, agora, a imprescindibilidade da busca de um diálogo trans e interdisciplinar.

A difusão destes estudos trans ou interdisciplinares entre os pesquisadores dos movimentos sociais tem ajudado a superar análises enviesadas ou insuficientes para o entendimento de uma realidade complexa que merece explicações multicausais. Praticamente todas as subcategorias das ciências sociais vêm participando de um diálogo fecundo sobre como abordar com ferramentas inovadoras o estudo dos movimentos sociais, em um contexto no qual ainda prima a hegemonia do pensamento dominante.

Mas uma das principais dificuldades para os trabalhos de pesquisa de natureza interdisciplinar é superar a própria linguagem que nos constituiu enquanto comunidades específicas de conhecimento como a geografia, a antropologia, a politologia, a sociologia, a economia e demais. Na constituição desses diferentes “territórios do conhecimento”, conformaram-se verdadeiras “barreiras alfandegárias” com seus territórios de poder enquanto tais. Superar a rigidez do positivismo com de trabalhos que se colocam para além das disciplinaridades instituídas supõe suplantar não só a divisão dos trabalhos científicos, tal como ela se apresenta, mas também lutar pela superação das contradições da própria sociedade (Porto Gonçalves, 2003, p. 261).

A construção de contra-hegemonias e contra-poderes – e de um pensamento crítico dentro das Ciências Sociais – desafia a incontestabilidade da ordem vigente e dos saberes hegemônicos. Ao enunciar, neste ensaio, alguns aspectos do conceito de lugar nos movimentos sociais e o lugar da geografia na teoria dos movimentos sociais, não pretendemos afirmar a superioridade ou maior validez de um enfoque sobre outro, senão, unicamente, contribuir

para ampliar o leque teórico através do qual podem ser interpretados os movimentos sociais, que – como objetos de estudo e sujeitos de transformação – só podem ser entendidos e interpretados por meio de um diálogo de saberes e tendências, capaz de acompanhar o ritmo acelerado e dinâmico dos conflitos e processos de emancipação social.

A expressão “globalismo” aparece na obra de Beck, Ulrich (2001). *What is Globalization?* 2ª edição. Cambridge: Polity Press. O autor alemão utiliza o termo para designar a “ideologia global” do neoliberalismo, em contraposição aos termos “globalização” e “globalidade”, que seria a percepção da idéia de que vivemos em uma sociedade mundial.

Notas

- 1 O papel protagonista da psicologia social na explicação dos movimentos sociais neste primeiro momento é rapidamente substituído por novos enfoques provenientes principalmente da Ciência Política e da Sociologia. Por um lado, na escola norte-americana destaca-se a contribuição da teoria da mobilização dos recursos, que enfatiza as condições de emergência, a dinâmica, o desenvolvimento e as estruturas de organização dos movimentos sociais na busca de recursos para a mobilização (Olson, Gusfield, McCarthy e Zald e Tilly). Criticada por ignorar valores, normas, ideologias, projetos, cultura e identidade dos grupos sociais estudados, esta teoria é revisada para uma maior abertura ao campo da cultura e da interpretação das ações coletivas como processo. Os estudos posteriores começam assim a buscar novas vias de interpretação nas estruturas de oportunidades políticas, no grau de organização do grupo ou na aplicação das análises culturais. Por outro lado, a escola europeia de teóricos dos movimentos sociais nutre-se fundamentalmente da contribuição marxista, revisando alguns de seus pressupostos para a interpretação de novas variáveis. A releitura do marxismo ortodoxo leva à constante utilização da teoria da alienação de Lukacs ou do conceito de hegemonia gramsciano para a explicação da ação dos movimentos sociais. No marco dessas novas leituras, surgem também os enfoques neo-marxistas de caráter historicista, como os trabalhos de Thompson sobre o papel da experiência ou a contribuição de George Rude sobre o papel da ideologia nos movimentos sociais.

Até o momento considerado, a produção acadêmica sobre movimentos sociais dentro da geografia era residual, praticamente marginal. É só com as interpretações de Borja e Castells, que buscam situar a batalha dos movimentos sociais na cidade, que a geografia entra na cena com certo peso. Com sua obra *La question urbaine* (1972), Castells insere a variável da localização do movimento social como um eixo central para a interpretação dos mesmos. As lutas pela moradia, educação ou saúde, abrigadas no seio urbano da sociedade, incentivaram vários autores a estabelecer suas análises por meio de um urbanismo crítico, destacando as contribuições do já citado Lefebvre, mas também de Lojkin e Topalov que começam a situar o lugar da decomposição da hegemonia dominante.

Contudo, é só com a irrupção da teoria dos novos movimentos sociais (NMS) que a geografia, mesmo que indiretamente, assume um papel essencial na teoria dos movimentos sociais. Autores como Touraine, Offe, Melucci ou Klandermans – apesar de suas diferenças – apresentam um modelo teórico baseado na cultura⁵; no surgimento de um novo sujeito co-

letivo heterogêneo, não-hierárquico e fundamentado em valores solidários e comunitários; numa centralidade e redefinição da política, entendida como parte da vida cotidiana e das práticas sociais; e na análise das ações coletivas e das identidades coletivas criadas neste processo.

Os NMS e a influência de autores europeus levaram os autores latino-americanos de maneira geral – e os brasileiros, especificamente – a pesquisar a identidade dos movimentos, retratar seus discursos, captar suas práticas cotidianas, cartografar suas resistências. É neste momento onde os movimentos sociais começam a expandir de forma considerável o marco analítico, fazendo que seu interesse não estivesse centrado somente em sociólogos, cientistas políticos, antropólogos ou assistentes sociais. Os movimentos sociais são recuperados como objetos de estudo entre psicólogos, historiadores, educadores, entrando também nas agendas de áreas como a comunicação e o direito. Neste mesmo período, certos conceitos com larga tradição geográfica como território, fronteira, espaço, lugar e as variáveis de escala do local ao global, entre outros, emergem com força nas teorias explicativas dos movimentos sociais e das ações coletivas. Ainda assim, essas noções são utilizadas de forma diferente dependendo do enfoque de cada disciplina. Se a Ciência Política, por exemplo, continua utilizando o conceito de território ligado muitas vezes ao Estado e às relações de poder e a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, a Geografia busca a interação entre a sociedade e a natureza, ressaltando a materialidade do território e seu dinamismo (Haesbaert, 2006).

A extensão de “observatórios sociais”, “laboratórios de pesquisa social” em universidades e/ou centros de pesquisa ou a difusão de vários estudos e informes sobre o conflito social (um exemplo é o realizado pela CPT sobre a situação no campo), unido ao mapeamento das resistências considerando as localidades, tem contribuído a lançar um olhar geográfico na atuação cotidiana dos movimentos sociais.

No Brasil, após o vasto legado deixado por Milton Santos, são vários os referentes teóricos que seguem elaborando estudos críticos sobre a relação entre o espaço, o lugar e os movimentos sociais. Destacamos aqui os trabalhos de Bernardo Mançano Fernandes, e seu núcleo de estudos, sobre o MST e a reforma agrária. Buscando superar os conteúdos sociológicos do conceito de movimento social e contribuir para uma leitura geográfica que inclua o espaço em movimento e o movimento no espaço e no território, Fernandes (2000) desenvolve o conceito de movimentos sócio-territoriais. Para o autor, estes movimentos tem como referente essencial o território, atuando e organizando-se em vários lugares simultaneamente ao espacializar a resistência para conquistar novas frações de territórios, provocando a multiplicação do processo de territorialização.

Haesbaert (2006) também ilumina o debate teórico ao desmistificar a desterritorialização e o debate sobre o “fim dos territórios”. Para o autor, o mito da desterritorialização é o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases.

Outro exemplo paradigmático que contribui, no Brasil, para o debate da “geograficidade do social” é o trabalho realizado por Porto Gonçalves (2001) que utilizando o caso dos seringueiros e suas lutas, explora novos olhares para as relações ente a sociedade e a natureza. O conflito de interesses entre o mercado mundial e a cultura local faz com que a reafirmação da identidade dos seringueiros busque no território e na conformação de novas territorialidades o lugar da cultura, do real, do utópico.

Partindo do pressuposto de que não existe sociedade a-geográfica, assim como não existe espaço geográfico a-histórico, Porto-Gonçalves pretende demonstrar que a geograficidade

é uma dimensão necessária de toda a sociedade e que há uma série de sujeitos sociais cuja compreensão de sua própria natureza sociológica implica considerar o espaço e a natureza – os camponeses, os indígenas, os afrodescendentes, os ecologistas, os moradores e os jovens da periferia, para não dizer do próprio operariado, cuja constituição enquanto classe social teve muito a ver com os bairros proletários como espaços de conformação da subjetividade (2003, p. 265).

Deste modo, todo (a) aquele (a) que se sente oprimido ou explorado diz querer mais espaço – as mulheres querem mais espaço; os negros querem mais espaço; os sem terra ocupam, isto é, se co-locam; os indígenas querem de-marcas suas terras, na verdade, seus territórios; os desempregados reinventam as lutas sociais bloqueando estradas, bloqueando a circulação para tomar seu lugar no espaço geral da produção da sociedade. Enfim, os diferentes movimentos sociais re-significam o espaço e, assim, com novos signos, grafam as terras, geografam, reinventando a sociedade (Ibid., p.270).

Da mesma forma, muitos dos estudos sobre o MST e outros movimentos, procuram captar nos acampamentos e nos assentamentos do movimento, ou seja, no território, o marco de referência para a explicação de suas atuações, relações, cultura, identidade e sua mística.

Vemos assim, que há diferença das análises procedentes da teoria dos movimentos sociais centrados nos aspectos mais organizativos, se inserimos o conceito de lugar e buscamos na espacialização e na territorialização dos movimentos sociais o eixo central de nosso estudo, temos aí uma das grandes contribuições da geografia ao estudo dos novos movimentos sociais. Além disso, a busca da identidade por meio da luta de reinvenções territoriais leva a que os seringueiros, os sem terra, os sem teto ou os atingidos pelas barragens tomem o “lugar” como seu campo de batalha, enlaçando suas lutas sócio-geográficas com muitos dos postulados teóricos provenientes da teoria dos NMS.

Conseqüentemente, a geografia crítica vai ganhando importância crescente dentro da teoria dos movimentos sociais no começo deste século, projetando novas formas de entender e interpretar as relações entre os homens e a natureza. Finalmente, cabe destacar que, num momento em que o aquecimento global parece ter aquecido também os debates sobre novas formas de sustentabilidade, a geografia se interconecta ainda mais com a ação de uns movimentos sociais – com especial destaque para os de cunho ecológico – que buscam novas estratégias de apropriação da natureza que superem radicalmente a organização do espaço geográfico guiada pelos interesses capitalistas.

- 2 Utilizamos aqui a versão de 1991, traduzida ao inglês por Donald Nicholson-Smith. A obra original de Lefebvre foi publicada em 1974, com o título *Production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- 3 Sassen faz um convite à reflexão a partir dos exemplos da União Européia, do novo regime jurídico transnacional ou dos acordos internacionais que proclamam a universalidade dos direitos humanos.
- 4 Para uma ampla apresentação das teorias e paradigmas dos movimentos sociais ver Gohn (2006).
- 5 Para uma interessante reflexão sobre cultura e política nos movimentos sociais ver: Alvarez, Dagnino e Escobar (2000).

REFERÊNCIAS

- AGNEW, John. *Place and politics. The Geographical Mediation of State and Society*. Boston: Allen Unwin. (1987).
- . *Representing space: space, scale and culture in social science*. In: DUNCAN, J. & LEY, D. (Eds.). *Place, culture, representation*. Londres: Routledge, p. 251-271. (1994).
- . *Geopolítica. Una re-visión de la política mundial*. Madrid: Trama. (2005).
- ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina & ESCOBAR, Arturo (2000). (Orgs.) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- ARAUJO, Angela. *Globalização e Trabalho: uma resenha da literatura*. *Revista BIB*, nº. 52, (2001).
- BRINGEL, Breno (No prelo). *El lugar también importa*. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST. *Revista NERA* (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária), Año 10, núm. 9. Presidente Prudente/São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo. (2007).
- CAIRO CAROU, Heriberto. *Re-pensando la geopolítica: la renovación de la disciplina y las aportaciones de John A. Agnew*. Prólogo de AGNEW, John (2005). "Geopolítica. Una re-visión de la política mundial". Madrid: Trama. (2005).
- DIRLIK, Arif. Globalization and the Politics of Place. In: K. Olds; P. Dicken; P.F. Kelly; L. Kong & H.W. Yeung. *Globalization and the Asia-Pacific: Contested Territories*. Londres: Routledge. (1999).
- ESCOBAR, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o post-desarrollo? In: Lander, Edgardo. *La colonialidad del saber. Eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: CLACSO. (2000).
- FERNANDES, Bernardo Mançano. O todo é a parte e a parte é o todo: a interação espaço-sujeito. *Revista Geográfica*. Nº 151, (1991).
- MST, formação e territorialização. São Paulo: Hucitec. (1996).
- Movimento social como categoria geográfica. *Revista Terra Livre* Nº. 15. São Paulo: AGB, (2000).
- O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. *Revista OSAL*, Año IV, Nº. 11. CLACSO, (2003).
- Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Contribuição para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista OSAL*, Año VI, Nº. 16. CLACSO, (2005).
- GOHN, Maria da Glória. História dos movimentos e lutas sociais. A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Ed. Loyola. (1995).
- Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 5ª edição. São Paulo: Ed. Loyola. (2006).
- HARVEY, David. *The condition of Postmodernity*. Oxford: Basil Blackwell. (1989).
- "O novo imperialismo. São Paulo: Ed. Loyola. (2004).
- HAESBAERT, Rogerio. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (2006).

LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais. *Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO. (2005).

LEFEBVRE, Henri. The production of space. Cambridge: Blackwell Publishers. (1991).

MARTIN, Jean-Yves. A geofricidade dos movimentos socioespaciais. *Caderno Prudentino de Geografia*. Nº 19/20, (1997).

MASSEY, Doreen. Space, place and gender. Cambridge: Polity Press. (1994).

----- The conceptualization of place. In: Massey, D. y Jess, P., (eds.) *A place in the world*. Oxford: Oxford University Press, (1995).

OSLENDER, Ulrich. Espacio, lugar y movimientos sociales: hacia una espacialidad de la resistencia. *Script Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Universitat de Barcelona, vol.VI, núm. 115, 1 de junho de 2002. (2002a).

----- Espacializando la resistencia: perspectivas de espacio y lugar en las investigaciones de movimientos sociales. Bogotá: Banco de la República. Disponível em: <http://www.banrep.gov.co/blaavirtual/letra-o/osle/pres.htm>. (2002b).

PORTO GONÇALVES, C. WALTER. Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad. México D.F.: Siglo XXI. (2001).

----- A Geofricidade do Social. In: SEOANE, José (Org.) *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO. (2003).

----- A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. *Revista OSAL*, Año VI, Nº. 16. CLACSO, (2005).

----- A reinvenção dos territórios. A experiência latino-americana e caribenha. In: CE-CEÑA, Ana Esther (Coord.) *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Colección Grupos de Trabajo. Buenos Aires: CLACSO, (2006).

ROUTLEDGE, Paul .A spatiality of Resistance: Theory and Practice in Nepal's revolution of 1990. In: KEITH, M. & PILE, S. (Eds.) *Geographies of Resistance*, p.68-86. Londres: Routledge. (1997).

SANTOS, Milton (2000). La naturaleza del espacio. Técnica y tiempo. Razón y emoción. Barcelona: Ariel Geografía.

----- Economia espacial: críticas e alternativas. 2ª edição. São Paulo: Edusp. (2003).

SASSEN, Saskia ¿Perdiendo el control? La soberanía en la era de la globalización. Barcelona: Edicions Bellaterra. (2001).

SLATER, David. Repensando as espacialidades dos movimentos sociais. Questões de fronteiras, cultura e política em tempos globais. In: Alvarez, S; Dagnino, E. e Escobar, A. (Orgs.) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, (2000). SOJA, Edward (1993). "Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica". Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Breno Marqués Bringel é Cientista político. Colaborador do Departamento de Ciência Política III da Universidad Complutense de Madri, Espanha, e pesquisador-visitante (cursando "Doutorado-sandwich") na Unicamp.

Recebido para publicação em Abril de 2007

Aceito para publicação em Janeiro de 2007